

## **Relatório sobre o conflito de terra no Rio Santo Antônio que envolve os índios Suyá.**

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 15 / 10 / 92
cod. SUD00012

Em abril de 1994, os índios Suyá paralisaram os trabalhos de desmatamento nas fazendas São Pedro e Santo Antonio do Suiá Miçu, localizadas na margem direita do Rio Santo Antonio, afluente da margem esquerda do rio Suiá Miçu. Na ocasião, os Suyá avisaram que não permitiriam que ocorresse qualquer ocupação ou desmatamento ao longo do Rio Santo Antonio. Em seguida, passaram a controlar o rio. Logo após este feito, ainda no mês de abril, os Suyá seguiram para Brasília para reivindicar do presidente da Funai que protegesse a toda extensão do Rio Santo Antônio, incluindo sua cabeceira e ambas as margens.

A justificativa dos Suyá para tal atitude baseou-se no argumento de que era essencial assegurar a integridade ambiental do Rio Santo Antonio, uma vez que o Rio Suiá Missú, onde residem dentro do Parque Indígena do Xingu, estava sofrendo um processo de deterioração acelerado com a ocupação que vinha ocorrendo ao longo do seu curso, para além das fronteiras do Parque ( vide mapa).

O presidente da Funai considerou o caso como sendo um problema restrito à questão da conservação ambiental do Rio Santo Antonio, transferindo sua solução para o IBAMA. Através de ofício ( vide anexo) a Funai solicitou ao Presidente daquele órgão que estudasse a possibilidade da criação de uma unidade de conservação, correspondente ao pleito Suyá. A resposta do IBAMA ( vide anexo ) foi taxativamente contrária à proposta da Funai, alegando que a referida área não tem nenhum interesse de conservação para aquela instituição.

A ocupação do rio Santo Antônio pelos Suyá deu origem a uma avalanche de protestos por parte dos fazendeiros diretamente atingidos pela ação dos Suyá. Estes fazendeiros ingressaram na justiça com uma ação de Interdito Proibitório contra o líder Kuiussi Suyá, em maio do corrente ano, que tramita na 1ª Vara da Justiça Federal no Mato Grosso (Processo Nº 95. 0001396-7 ).

Não houve da parte da Funai nenhuma outra tentativa de solucionar este caso, após a negativa do IBAMA. Da parte dos Suyá, verificou-se que, além de estarem preocupados com a integridade ambiental do Rio Santo Antônio, reivindicam também o domínio sobre o mesmo. A partir de abril de 1994, os Suyá vem ocupando de forma permanente a área, tendo inclusive construído dois pequenos aldeamentos.

A situação atual deste caso está se agravando. Por um lado, no contexto da ação judicial movida pelos fazendeiros, o Juiz determinou que só decidiria sobre o pedido de liminar feitos pelos fazendeiros após a manifestação da Funai e do Ministério Público Federal. A Funai já se pronunciou, dizendo simplesmente que os índios não se encontram na área objeto da Ação, o que parece não corresponder à verdade. O processo agora aguarda o parecer da Procuradoria da República. De outro lado, os Suyá estiveram recentemente na Funai e deram um prazo de três meses para que o problema seja resolvido, caso contrário, pretendem realizar a demarcação física da área por conta própria. Sabemos que o processo administrativo de demarcação das áreas indígenas vem passando por uma reforma no contexto do governo Fernando Henrique Cardoso e, portanto, dificilmente esta questão será resolvida neste prazo. A Funai sequer manifestou-se claramente quanto à disposição de buscar uma solução para o caso, mesmo

porque, se assim o quisesse, deveria tomar a iniciativa de realizar ao menos o reconhecimento oficial do pleito Suyá.

### **Antecedentes Históricos:**

Os Suyá são uma sociedade de língua Gê, relacionados lingüística e culturalmente com os grupos Timbira e Apinayé. Chegaram à desembocadura do Rio Suiá-Miçu com o Rio Xingu ( nas proximidades do atual P.I. Diauarum) na segunda metade do século XIX, após um longo período de migração da região hoje ocupada pelos Timbira no Estado do Maranhão ( Seeger 1994). Desde então, os Suyá se utilizam dos recursos do Rio Suiá-Miçu e de seus afluentes. No Rio Daro, afluente da margem esquerda do Rio Suiá-Miçu, os Suyá encontraram os Iaruma, históricos ocupantes da região do Suiá-Miçu, cujo contingente populacional vieram posteriormente agregar, ampliando desta forma seus direitos históricos sobre o Rio Suiá-Miçu ( Seeger 1994). Posteriormente, a ocorrência de uma série de conflitos com os Kayapó e os Juruna, levou-os a se interiorizarem no Rio Suiá, fixando sucessivos aldeamentos ao longo do seu curso e nos seus afluentes ( rios Daro, Pacas, Paraniba, Jandaia e Santo Antonio).

Quando contatados, em 1959, os Suyá estavam localizados em dois aldeamentos no Rio das Pacas, tributário do Rio Amoreiras, afluente da margem esquerda do Rio Suiá-Miçu, onde hoje está localizado o empreendimento Agropecuário denominado Fazenda Amoreiras. Logo após o contato, os Suyá adoeceram e foram convencidos da necessidade de mudarem-se para algum lugar mais próximo do Posto Indígena Diauarum, onde a assistência seria mais fácil. Foram retornando para o baixo curso do Rio Suiá, até se estabelecerem novamente bem próximos ao P.I. Diauarum. Neste retorno, sofreram uma violenta depopulação, ocasião em que morreu mais da metade de sua população, incluindo todos os idosos ( Seeger 1994).

*Ao descerem o Rio Suiá-Miçu, os Suyá “deixavam” o alto curso do rio à colonização, situação esta “concretizada” com a definição do limite oriental do Parque Indígena do Xingu, demarcado em 1961, que não contemplou grande parte de seu território tradicional, mais especificamente, o alto curso do rio Suiá-Miçu e todos afluentes importantes que haviam sido habitados pelos Suyá ( Franchetto 1987 ).* No Parque, encontraram parte das terras que anteriormente ocuparam cedidas aos índios Kayabí, que para lá foram transferidos pelos irmãos Villas-Bôas em 1955. Permaneceram na foz do Rio Suiá até 1988, quando resolveram subir novamente o rio, se estabelecendo num novo aldeamento, localizado no entroncamento do limite leste do Parque com a margem esquerda do Rio Suiá-Miçu ( vide mapa), onde residem até hoje.. Esta aldeia fica bem próxima ao Rio Santo Antônio, denominado pelos Suyá como Rio Wawi, local onde existiu um grande aldeamento Suyá no início deste século (Seeger 1994).

Os Suyá continuaram a freqüentar seus antigos aldeamentos, fora dos limites do Parque, para coletar frutas, ervas medicinais e demais produtos existentes em suas antigas roças, além de outros recursos específicos dos ecossistemas existentes no médio e alto curso do Rio Suiá, não disponíveis dentro do Xingu. Mesmo depois de abandonadas, as aldeias são consideradas pelos Suyá como lugar que continua sendo habitado pelos seus antepassados que lá morreram. Esses sítios, os rios com suas curvas, a alteração do ecossistema e outros marcos, são elementos que fazem parte da história viva dos Suyá, e que são repassadas continuamente para as gerações mais novas ( Seeger 1994 ). *Os Suyá jamais restringiram sua circulação e ou o uso de suas áreas tradicionais, em função do pretendido confinamento que a demarcação do Parque veio estabelecer.*

O governo do estado do Mato Grosso deu início a um litigioso programa de colonização do Vale do Rio Xingu nas décadas de 50 e 60, que tituló inclusive toda a área do Parque Indígena do Xingu. No entanto, a consolidação do processo de ocupação desta região só ganhou fôlego na década de 70, com a

política de incentivos fiscais para a Amazônia, implementada pelo governo federal. A ocupação das áreas circunvizinhas ao Parque ocorre a partir de fluxos de ocupação desiguais, que tendem a acompanhar a consolidação da malha viária federal, estadual e municipal, de onde vão sendo construídas as estradas vicinais, que viabilizam o acesso às áreas tituladas. Ainda hoje, existem grandes áreas desocupadas no entorno do Parque do Xingu (vide mapa). O perfil fundiário que se instala nesta região é marcado pela existência de grandes projetos agropecuários, o que representa um padrão de ocupação mais favorável em relação ao tensionamento das fronteiras do Parque.

Os Suyá vem acompanhando atentamente, desde o início da década de 70, o gradativo processo de colonização de parcelas do seu território, confrontando-se com a irreversibilidade da desfiguração de suas terras tradicionais. No entanto, isto não significa que ficaram passivos a este processo ao longo deste período. Os Suyá estabeleceram relações com todas as fazendas circunvizinhas e têm conseguido negociar com algumas delas a conservação de alguns sítios tradicionais, como foi o caso da Fazenda Amoreiras, com a qual negociaram a não destruição de um imenso pequisal por eles plantado antigamente, que continuam freqüentando até os dias de hoje. Além disso, na década de 80, os Suyá reagiram violentamente contra a caça e pesca predatória no Rio Suiá e seus afluentes, conseguindo diminuir significativamente a ocorrência destas práticas. *Este tipo de comportamento por parte dos Suyá pode ser entendido com se eles estivessem cedendo gradativamente, parcelas do seu território tradicional, sob determinadas condições.*

### **Fatos Recentes:**

1- Em 1990, os Suyá perceberam que as águas do rio Suiá-Miçu começaram a ficar barrentas e a apresentar manchas de óleo. Preocupados com o aumento continuado da deterioração da qualidade das águas daquele que consideram o seu rio, resolveram, em setembro de 1992, realizar incursão rio acima para verificar o que estava ocorrendo. Na fazenda Jaú, localizada na confluência do rio Daro com o rio Suiá, encontraram uma enorme draga escavando o leito do rio para drenar as áreas de alagação existentes ao longo das margens do rio Daro, visando a ampliação da área de pastagem da fazenda. Os Suyá ficaram indignados com aquela obra, mais especificamente com os estragos que estava causando. O rio Suiá deixou de ser transparente, impossibilitando os índios de pescarem com arco e flecha. Sua água, agora barrenta e com manchas de óleo, tornou-se imprópria para o consumo, obrigando-os a buscar água potável no rio Santo Antonio, próximo a sua aldeia atual.

Apesar dos apelos dos Suyá junto ao gerente da fazenda, das denúncias feitas à Funai e de uma nova expedição realizada em setembro de 1994, a situação permanece inalterada, o rio Suiá continua poluído. Este fato marcou profundamente os Suyá, fazendo-os perceber o quanto vulneráveis estão em relação ao processo de colonização da bacia do rio Suiá-Miçu, uma vez que a demarcação do Parque Indígena do Xingu não contemplou as cabeceiras deste rio, assim como não incorporou nenhum dos afluentes que tradicionalmente ocupavam. *Ou seja, os Suyá perceberam que talvez jamais tenham condições de dispor de um rio de águas limpas e com potencial pesqueiro, resguardado da volúpia predatória do homem branco.*

2- Em 1993, os Suyá, juntamente com outras etnias do Xingu, se engajaram nos trabalhos de reavivitação dos limites do Parque Indígena do Xingu, promovido pela Administração do Parque. Neste ano, ficaram encarregados de reavivatarem a linha demarcatória localizada entre os rios Preto e Auaiá-Miçu, que foi realizada durante o período de seca (de maio a setembro). Para o ano seguinte, 1994, fariam a reavivitação do trecho que vai do rio Auaiá-Miçu até a cabeceira do rio Santo Antônio (vide mapa), sendo que a quase totalidade do curso deste rio fica fora do limite atual do Parque.

3- O processo de ocupação da bacia do rio Suiá avançou, alcançando o rio Santo Antônio em 1994. Alguns titulares de terra começaram a abrir fazendas, dando início a desmatamentos nas margens daquele rio. Os Suyá ficaram alarmados diante da possibilidade de perderem o último rio de ocupação tradicional, ainda em boas condições de conservação. Resolveram então paralisar os trabalhos de desmatamento expulsando os peões contratados pelos fazendeiros. Em seguida, construíram um pequeno aldeamento onde foram iniciados os desmatamentos e outro localizado na foz do rio. Os Suyá estão controlando o rio Santo Antônio desde então.

### **Considerações:**

A conjunção destes acontecimentos recentes, fez com que os Suyá concluíssem a formulação de sua reivindicação, da maneira como ela está posta atualmente. Ou seja, querem a demarcação de uma área que abarque integralmente o rio Santo Antônio e suas cabeceiras, de modo a anexá-lo ao Parque Indígena do Xingu (vide mapa anexo). Estão dispostos a efetuarem por si a demarcação desta área, em continuidade aos trabalhos de reavivitação que iniciaram em 1993. Os Suyá afirmam, no seu discurso, que já cederam a maior parte do seu território tradicional e que não pretendem reivindicar estas áreas, pois consideram que já foram estragadas pela ocupação das fazendas. No entanto, deixam claro que não pretendem abrir mão da sub-bacia do rio Santo Antônio, pois depositam na mesma sua última perspectiva de futuro.

É necessário considerar que, apesar da demarcação do Parque Indígena do Xingu, os Suyá continuaram entendendo como sendo seu aquele território que tradicionalmente ocupam, cuja área não foi integralmente contemplada na definição dos limites do Parque. Portanto, qualquer interpretação que considere a demarcação do Parque como um marco que consumou a acomodação territorial dos Suyá, nos parâmetros por ela estabelecido, estará cometendo um grande equívoco. A “pacificação” dos Suyá foi marcada por uma grande perda populacional, seu deslocamento para o baixo curso do rio Suiá ocasionou uma intensificação de suas relações com as demais etnias residentes no Parque, assim como, relações amistosas com os Kayapó e os Juruna, tradicionais inimigos. Estes acontecimentos marcaram o início de um novo tempo para sociedade Suyá, tempo este, marcado também pela aproximação e convivência com o homem branco.

Neste novo contexto, os Suyá tornaram-se tolerantes ao processo de ocupação que iniciou-se em suas terras tradicionais. Ao longo desses últimos 30 anos, os Suyá foram contabilizando perdas territoriais, na medida que a ocupação avançava. Pouco a pouco, foram tomando consciência da real dimensão do confinamento territorial a que estão sujeitos, caso tenham que ficar restritos aos limites do Parque. A não inclusão de nenhuma das cabeceiras dos cursos d’água de uso tradicional dos Suyá quando da demarcação do Parque, deixou-os numa situação de extrema vulnerabilidade face ao modelo predatório de ocupação e uso da terra predominante na região, além de lhes restringir o acesso a outros ecossistemas que tradicionalmente se utilizam.

A postura que a Funai vem assumindo, indica um certo descaso em relação ao pleito dos Suyá. Seja porque considere que o mesmo representa um processo de ampliação dos limites do Parque Indígena do Xingu e assim sendo não é visto como prioritário no contexto das demais terras indígenas que aguardam seu reconhecimento oficial, ou mesmo porque, considere simplesmente descabido o pleito Suyá, uma vez que os mesmos encontram-se assentados dentro do Parque do Xingu. Afinal o parque é tido como a solução perfeita e generosa da política indigenista oficial e, portanto, não existiriam motivos suficientemente consistentes para sustentar esta reivindicação.

Encarar este caso, dentro dos parâmetros acima descritos, representa um desrespeito para com os Suyá e demonstra uma total falta de conhecimento por parte da Funai sobre a complexidade do contexto e do drama vivenciado atualmente por este povo, que explicam esta reivindicação. Além do que, não está sendo avaliada a possibilidade deste caso vir a ter um desdobramento conflituoso, a curto prazo, o que poderá levar a um confronto dos Suyá diretamente com os fazendeiros ou mesmo com forças policiais, no caso da justiça ordenar uma reintegração de posse dos detentores de títulos, considerando a disposição guerreira dos Suyá de manterem o controle sobre o rio Santo Antônio.

*Araceli Villas-Boas*  
*21/06/1995*